



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS – ISAEN

PROGRAMA DE MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E
FINANÇAS EMPRESARIAIS

**IMPLICAÇÕES NA GESTÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO PRIVADO COM A INTRODUÇÃO DO IMPOSTO
SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA) EM MOÇAMBIQUE: o
caso da Nwananga Christian School, Lda.**

SILVIA FLORDA EFÉCIO

Maputo
2024

SILVIA FLORDA EFÉCIO

IMPLICAÇÕES NA GESTÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO PRIVADO COM A INTRODUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O
VALOR ACRESCENTADO (IVA) EM MOÇAMBIQUE: o caso da
Nwananga Christian School

Dissertação apresentada no Programa de Mestrado
em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças
Empresariais da Universidade Politécnica como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Doutor Gabriel Pedro Simone Mandoine

Maputo
2024

SILVIA FLORDA EFÉCIO

IMPLICAÇÕES NA GESTÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO PRIVADO COM A INTRODUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O
VALOR ACRESCENTADO (IVA) EM MOÇAMBIQUE: o caso da
Nwananga Christian School

Aprovado em/...../.....

MEMBROS DO JÚRI

(Presidente)

(O Arguente)

(Supervisor)

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste nível é quase que impossível ter progresso sem envolvimento de pessoas, por conta disto deixo os meus sinceros agradecimentos em primeiro lugar a Deus a quem me dá folego e me faz caminhar dia após dia, agradeço a todos aqueles que estiveram envolvidos directo ou indirectamente para o progresso do trabalho desde o início quando ainda era um projecto até ao fim.

Agradeço em especial ao meu esposo Timóteo pelo esforço dedicado durante todas as fases do trabalho, pelo apoio moral pela dedicação em querer ver sempre o melhor de mim neste trabalho e não só, durante todo o curso de mestrado.

Ao meu orientador Prof. Doutor Gabriel Pedro Simone Mandoine, agradeço pelo apoio durante todas as fases deste trabalho, que embora distante fisicamente, esteve sempre presente, zelando para que tudo fosse feito da melhor forma, agradeço por toda instrução dada e por acreditar no desenvolvimento e sucesso deste trabalho.

Agradeço ainda em especial a Nwananga Christian School na pessoa da Oelza Massinga pelo tempo e disponibilidade para dar informação necessária para este trabalho e por acreditar em mim.

Agradeço a todas as escolas que se prontificaram em ajudar a responder ao inquérito feito para o desenvolvimento do trabalho.

E por fim agradeço a Universidade Politécnica, ao corpo de docente do Programa de Mestrado em Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais em especial a Dra. Irene Mendes que mesmo tendo sido aposentada, não deixou de incentivar a desenvolver o trabalho e aos demais colegas pelo apoio mútuo e pelo encorajamento a não desistir.

RESUMO

O Imposto Sobre o Valor acrescentado (IVA) em Moçambique tem sido um tema de grande debate no que se refere as suas taxas para cada regime de tributação. O governo de Moçambique tem estado a implementar medidas para aceleração e desenvolvimento do económico do país, neste sentido houve necessidade de se alterar o Código d Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA) e com isso tem-se observado implicações face a esta medida tomada pelo governo. O presente trabalho visa analisar as implicações que o IVA trouxe nas instituições de ensino privado cujo o objecto é de prestação de serviço no ensino. Acredita-se que houveram implicações pois, estas instituições até Janeiro de 2023 eram isentas de qualquer taxa de IVA sendo uma norma nova implica que a gestão financeira crie mecanismos para que se possa apurar este imposto sobre as medidas devidas, Assim sendo para o alcance do objectivo pretendido no trabalho, foram usadas algumas metodologias das quais a pesquisa bibliográfica através de livros e artigos científicos que falam acerca do tema. Embora seja um tema com várias limitações por ser algo novo em Moçambique a pouca literatura que fale acerca do tema, para além de pesquisa bibliográfica foi feito uma análise com base em entrevistas e inquéritos dirigidos a algumas escolas privadas em Maputo como forma de comparar a gestão financeira antes e depois da introdução do IVA e suas implicações.

Palavras chaves: IVA, impostos, gestão financeira.

ABSTRACT

Value Added Tax (VAT) in Mozambique has been a subject of much debate in terms of its rates for each tax regime. The Mozambican government has been implementing measures to accelerate and develop the country's economy. In this regard, it has been necessary to amend the Value Added Tax Code (VATC), which has had implications for this measure taken by the government. This paper aims to analyze the implications that VAT has had on private educational institutions whose object is to provide teaching services. It is believed that there have been implications because, until January 2023, these institutions were exempt from any VAT rate and, as this is a new rule, financial management needs to create mechanisms so that this tax can be assessed on the appropriate measures, In order to achieve the aim of this work, a number of methodologies were used, including bibliographical research using books and scientific articles on the subject. Although it is a subject with several limitations because it is something new in Mozambique and there is little literature on the subject, in addition to bibliographical research, an analysis was made based on interviews and surveys of some private schools in Maputo as a way of comparing financial management before and after the introduction of VAT and its implications.

Key words: VAT, taxes, financial management.

ÍNDICE

LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS	10
LISTA DE APÊNDICES	11
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Problema de Investigação.....	14
1.2. Objectivos de Investigação	16
Objectivo Geral.....	16
Objectivos Específicos	16
1.3. Justificação da escolha do tema	16
1.4. Características do ambiente de estudo	17
1.5. Estrutura do trabalho	18
2. REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1. Marco Conceptual.....	19
Gestão	19
2.1.1. Funções da Gestão	19
2.1.2. Níveis de Gestão	20
2.1.3. Tarefas e aptidões necessárias de um gestor	21
2.1.4. Gestão Financeira	21
2.1.5. Gestão Financeira Escolar	22
2.2. Impostos - Definição	24
2.2.1. Características dos Impostos.....	25
2.2.2. Classificação dos impostos.....	27
2.3. O Imposto sobre Valor Acrescentado em Moçambique	29
2.4. Marco Teórico	30
2.4.1. Teorias de tributação	30
Teoria da Tributação Ótima: Passado, Presente e Futuro.....	30
2.5. Aplicação do IVA como uma norma fiscal em Moçambique	31
2.5.1. O Sistema de IVA em Moçambique	31
2.5.2. O IVA nas Instituições de Ensino Privado em Moçambique	33
2.6. Marco Referencial.....	33
2.6.1. Revisão da Literatura Empírica.....	34
3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	38
3.1. Tipo de estudo e desenho de investigação	38
3.1. População e amostra	38
3.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	38
3.3. Procedimentos administrativos de selecção de amostra de dados	39
3.4. Considerações Éticas.....	39
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	40

4.1. Pressupostos do IVA nas Instituições de Ensino Privado	40
4.2. Implicações na gestão financeira da Nwananga Christian School com a introdução do IVA 43	
4.3. Medidas de mitigação das implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado em Moçambique com a introdução e aplicação do IVA.....	44
4.4. Caso de estudo	45
4.4.1. Informações gerais sobre a gestão financeira	46
5. CONCLUSÃO	49
5.1. Sugestões do trabalho futuro	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
APÊNDICE A	54
APENDICE B	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Inquérito e entrevista realizados nas quatro instituições de ensino.....45

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

CIVA – Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado

IRPC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

IRPS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISAEN – Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios

IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado

MEF – Ministério da Economia e Finanças

PAE – Pacote de Medidas de Aceleração Económica

UE – União Europeia

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista de estudo de caso para recolha de dados.....	51
Apêndice B – Inquérito para recolha de dados de investigação.....	54

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de mestrado do programa de mestrado em Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais do Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) e aborda a temática das Implicações na Gestão das Instituições de Ensino Privado em Moçambique com a Introdução do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA): o Caso da Nwananga Chistian School. Pretendendo-se, especificamente, explorar de forma científica, se houve de facto alguma implicação na gestão das instituições de ensino em Moçambique com a introdução do IVA e a natureza das mesmas.

Segundo Gonsalves (2020:13) define IVA como sendo “uma forma de tributação que incide sobre despesa em consumo, assim sendo é um imposto que se assume como uma modalidade sobre as transações, não se podendo confundir com os que se reportam à tributação das próprias empresas ou à tributação do rendimento total das pessoas e não apenas à parcela utilizada no consumo”.

Segundo a Legislação Fiscal Moçambicana (2023) desde Janeiro de 2023 o Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (CIVA) em Moçambique sofreu alterações na sua tributação passando assim a reduzir a taxa de IVA de 17 por cento para 16 por cento e introduziu-se uma taxa reduzida de 5 por cento aplicáveis a prestação de serviços médicos e sanitários quando prestados por estabelecimentos privados hospitalares, dispensários e similares e a prestação de serviços de ensino e de formação profissional ambos quando prestados por entidades privadas incluindo prestações de serviço e transmissão de bens conexos.

Segundo a revista a Cartamoz (2023) a introdução a redução da taxa do IVA de 17 por cento para 16 por cento foi acolhida com satisfação pelo sector privado. Porém ainda neste contexto o conselho executivo manteve o alargamento da cobrança do IVA às escolas e clínicas privadas, no novo CIVA aprovado pela Lei nº 22/2022 de 28 de Dezembro de 2022, e em vigor desde primeiro de Janeiro de 2023. Medida esta que foi alvo de muitas críticas pelo sector privado segundo a revista Cartamoz, pois esta vem contradizer-se com

os objectivos do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) cujo objectivo era de aliviar o actual custo de vida aos agentes económicos e ao cidadão.

Por sua vez com a introdução do IVA nas escolas privadas especificamente, se encarece os custos de prestação dos serviços educacionais privados, uma vez que se será acrescida a taxa de 5 por cento sobre o valor dos serviços o que poderá levar a subida das taxas dos serviços, implicando custos acrescidos ao consumidor final ou mesmo levar a implicações de ordem de gestão nas escolas privadas ou outras áreas. A este trabalho de tese interessa analisar a gestão das escolas privadas após a introdução do IVA. Um tema oportuno dado a introdução do IVA nas escolas privadas ser relativamente recente, menos de dois anos na altura deste trabalho.

E, neste contexto que se levanta a seguinte problema: **Implicações na Gestão Financeira das Instituições de Ensino Privado com a Introdução do IVA em Moçambique.**

Para responder a este problema de investigação o trabalho tem como objectivo geral analisar as implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado com a introdução do IVA em Moçambique, para se alcançar este objectivo geral o trabalho irá responder aos seguintes objectivos específicos: descrever os pressupostos do dispositivo legal do IVA na componente que respeita as instituições de ensino privado; identificar as implicações na gestão financeira na Nwananga Christian School com a introdução e aplicação do IVA na sua instituição; e por fim propor medidas de mitigação das implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado em Moçambique com a introdução e aplicação do IVA.

O trabalho estará dividido em seis pontos das quais o primeiro ponto irá compor a introdução, o segundo ponto irá compor-se pela revisão de literatura, o terceiro ponto pela metodologia de investigação, o quarto ponto pelos resultados da investigação, o quinto ponto pela discussão dos resultados de investigação o sexto ponto pela conclusão e o sétimo e último ponto pelas referências bibliográficas.

O presente trabalho de investigação foi feito com base na Legislação fiscal Moçambicana, 3ª edição de 2023 na qual está constituído o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que foi aprovado pela Lei n° 32/2007 de 31 de Dezembro e estabelece a forma e os procedimentos de tributação do imposto.

1.1. Problema de Investigação

O presente trabalho cujo tema de estudo é acerca das implicações na gestão financeira de instituições de ensino privado em Moçambique, medida esta que veio a ser implementada recentemente tem sido alvo de muitas críticas segundo a revista cartamoz (2023), pois esta medida contradiz-se aos objectivos do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE).

Segundo o Ministério da Economia e Finanças (2022):

O PAE é o resultado do trabalho realizado em conjunto com o Ministério de Economia e Finanças (MEF), no cumprimento das suas atribuições, junto aos sectores relevantes do governo, articulando com diversas entidades do sector privado e outros parceiros que agregam interesse na economia nacional na estruturação de uma matriz de reformas alinhadas com os objectivos do plano quinquenal do governo [...].

Segundo Diogo (2022:2) “o Imposto Sobre Valor Acrescentado é qualificado como um imposto indirecto plurifásico que, incidindo sobre todo o circuito económico, tributa genericamente todos os actos de consumo de bens e serviços.”

Para Valá (2022:1):

A crise económico-financeira é de carácter global, mas com repercussões nacionais, afectou o desempenho da economia moçambicana, desacelerou o crescimento económico, fragilizou as estratégias de combate à pobreza, gerou mais desemprego e agravou as desigualdades sociais, sobretudo, mas não só, nas áreas urbanas.

Tendo em conta que a economia de Moçambique esta fragilizada há necessidade de se criar mecanismos que possam ajudar a acelerar a economia para combate-se a pobreza e gerar mais empregos e, por conseguinte, nesse ambito, tendo em conta este grande problema que afecta o país é notável que o governo criou a necessidade de implementar mais algumas taxas tal como o IVA nas escolas privadas, no sentido de arrecada-se mais

receitas e conseqüentemente o crescimento da economia. A introdução do IVA vem a ser como uma medida para acelerar o crescimento econômico do país.

Com a implementação deste novo regulamento as instituições de ensino privado especificamente os gestores destas instituições de ensino privado podem ter que verificar medidas estratégicas para que lhes facilite a gestão financeira de modo que não tenham que perder seus rendimentos uma vez que o imposto incide sobre as mensalidades passando assim a custar mais caro.

Anteriormente a gestão financeira das instituições privadas era feita apenas com os impostos regulares que não implicavam nenhum acréscimo no valor que eram cobrados nas mensalidades, e estando assim familiarizados não só os gestores, mas também os que se beneficiam dos serviços que essas instituições de ensino trazem.

Com a introdução da nova norma fiscal que diz respeito a uma taxa reduzida do IVA nas instituições de ensino privado em Moçambique a 5 por cento, tem vindo ser um tema de muito debate pois como sendo uma norma nova para a gestão das instituições de ensino privado devendo assim procurar mais ter mais um conhecimento profundo sobre a norma para saber como aplica-la e não só é também de extrema importância que se busque especialistas na área pois sendo lei é importante que se cumpra com cada requisito da norma.

É neste contexto que se observa as seguintes questões de investigação: **Que implicações a introdução da norma fiscal o IVA pode trazer na gestão financeira de uma instituição de ensino privado como é o caso da Nwanaga Christian School?** Em resposta a esta questão de investigação tem-se as seguintes hipóteses:

Hipótese (nula): A introdução da norma fiscal IVA não traz implicações na gestão financeira de uma instituição de ensino privado.

Hipótese (alternativa): A introdução da norma fiscal IVA traz implicações na gestão financeira de uma instituição de ensino privado.

1.2. Objectivos de Investigação

Objectivo Geral

Analisar as implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado com a introdução do IVA em Moçambique.

Objectivos Específicos

- ✓ Descrever os pressupostos do dispositivo legal do IVA na componente que respeita as instituições de ensino privado;
- ✓ Identificar as implicações na gestão financeira na Nwananga Christian School com a introdução e aplicação do IVA na sua instituição;
- ✓ Propor medidas de mitigação das implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado em Moçambique com a introdução e aplicação do IVA.

1.3. Justificação da escolha do tema

A justificação do tema em investigação prende-se ao facto da introdução do IVA nas Instituições de Ensino Privado em Moçambique ser um tema recente e, portanto, poderá ter implicações para as empresas privadas que operam no sector de ensino.

Este tema tem merecido a devida atenção pelas mídias no entanto, há pouca literatura que fale acerca do processo da introdução dessa nova obrigação, suas implicações assim como as medidas que tem sido tomadas para minimizar qualquer impacto negativo.

Os resultados deste estudo poderão interessar as instituições de ensino privado interessadas em saber quais são as medidas utilizadas por outros operadores deste sector e que podem ser adaptadas para as mesmas. Outro grupo que pode se interessar por esses resultados são os tomadores de decisão e instituições do estado como a Autoridade Tributária para acompanharem a implementação do IVA nestas instituições.

O tema poderá também interessar na área económica do país, visto que se tratando de uma tributação um estado para que esteja economicamente estável é necessário que haja uma boa arrecadação das receitas e isso tem a ver com os impostos e as taxas que são pagas, com a introdução do IVA nas escolas privadas haverá sim impacto na economia do país.

Quanto a área científica o tema será de mais valia visto que é ainda um tema pouco estudado, e trará muita matéria nova em termos científicos.

Na área pessoal é ainda de extrema importância o estudo do tema pois irá agregar mais conhecimento conciso sobre a matéria do IVA e também para o caso de obtenção de mais o grau académico visto que a apresentação do presente trabalho constitui um dos requisitos para obtenção de grau de mestrado.

1.4. Características do ambiente de estudo

Quanto as características do ambiente de trabalho, segundo Ruas (2022 :186) há dois tipos de limitações, na qual a primeira tem a ver com as questões inerentes incapacidade de se conduzir o trabalho de investigação devido a falta de meios materiais e aos constrangimentos externos que surgem e que são fora do controlo dos investigadores. O segundo tipo tem a ver com questões inerentes à falta de capacidade como resultado da falta de conhecimento e de domínio por parte do investigador relativamente ao tópico em investigação.

O presente trabalho enquadra-se na limitação da falta de meios materiais por se tratar de um tema recente ainda há pouca informação acerca do tema em investigação e por isso há pouca literatura ou documentação disponível para consulta. Por outro lado, dados de práticas de gestão do sector privado não foram possíveis de adquirir. A disponibilidade de dados secundários, fiáveis acerca do tema teria facilitado a análise do tema com maior representatividade permitindo assim a generalização dos resultados. Esta segunda limitação foi o que determinou a selecção da metodologia. Tendo se escolhido fazer um estudo de caso e não um estudo quantitativo, por instância.

1.5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho irá obedecer a seguinte estrutura:

- (i) Ponto número um que irá abranger: a introdução, o âmbito do trabalho a indicação do tema e suas delimitações, o problema de investigação, a pergunta de partida, os objectivos do trabalho, a justificação da escolha do tema e as características do ambiente de estudo;
- (ii) O segundo ponto que irá abranger: a revisão da literatura, o marco conceptual, o marco teórico e a metodologia de investigação;
- (iii) O terceiro ponto irá abranger: o estudo de caso, a apresentação dos resultados, a leitura interpretação dos dados recolhidos e discussão dos mesmos;
- (iv) O quarto ponto irá abranger: as conclusões e recomendações; e
- (v) O quinto e último ponto irá abranger: as referências bibliográficas ou bibliografia.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Marco Conceptual

Gestão

Segundo Teixeira (2019) “gestão é o processo desse conseguir obter resultados (bens ou serviços) com esforço dos outros”.

2.1.1. Funções da Gestão

Segundo Teixeira (2019:6) “basicamente a tarefa da gestão é interpretar os objectivos propostos e transforma-los em acção empresarial, através do planeamento, organização direcção e controlo de todos esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa a fim de atingir esses mesmos objectivos”.

Segundo Teixeira (2019) as funções da gestão compreendem os seguintes pontos fundamentais:

- (i) **Planeamento**, pode se definido como o processo de determinar antecipadamente o que deve ser feito e como fazê-lo;
- (ii) **Organização**, consiste em estabelecer relações formais entre as pessoas, e entre os recursos, para atingir os objectivos propostos. Um dos aspectos fundamentais desta função é assegurar que a pessoa certa, com as qualificações certas, está no local e no tempo certos para que melhor sejam cumpridos os objectivos;
- (iii) **Direcção**, é entendida como o processo de determinar, isto é, afectar, ou influenciar o comportamento dos outros;
- (iv) **Controlo**, é o processo de comparação do actual desempenho da organização com standards previamente estabelecidos, apontando as eventuais acções correctivas.

Para Tenório (2009) gerenciar é orientar a dinâmica da organização, uma atividade bem-sucedida é derivada da boa utilização de recursos e direcionamento. Quanto as funções da gestão o autor predefine com os mesmos pontos que o Teixeira, no entanto na fase de planeamento o autor diz ainda que a finalidade de se fazer um planeamento tem a finalidade de preparar a organização para enfrentar o futuro traçando objectivos e definindo recursos e meios necessários para se atingir o objectivo, no que diz respeito a organização o autor defende que não basta apenas definir onde se quer chegar, é necessário que o trabalho a ser realizado deve ser bem organizado estabelecendo responsabilidades e distribuindo recursos de modo a garantir que os objectivos sejam alcançados, quanto a direcção o gestor deve tomar decisões, orientar e estimular as pessoas a realizarem o trabalho necessário para atingir os objectivos da organização e por fim o controlo que permite o gestor a avaliar os resultados esperados.

2.1.2. Níveis de Gestão

Segundo Teixeira (2019:9) “os gestores são todos aqueles que, numa organização conseguem coisas feitas com o trabalho dos outros, planeando, organizando, dirigindo e controlando, embora a divisão não seja absolutamente indiscutível consideram-se, geralmente três níveis de gestão:

- (i) **Nível institucional**, a gestão caracteriza-se fundamentalmente por uma forte componente estratégica, ou seja, envolvimento da totalidade dos recursos disponíveis na determinação do rumo a seguir pela formulação de políticas gerais, isto é, que são definidas de forma genérica e dizem respeito a toda empresa [...];
- (ii) **Nível intermédio**, predomina uma componente tática que se caracteriza pela movimentação de recursos no curto prazo e elaboração de planos e programas específicos relacionados com a área ou função do respectivo gestor. É desempenhada pelos directores de divisão, directores de área, directores funcionais, directores de departamentos, etc [...];
- (iii) **Nível operacional**, predomina a componente técnica, e a actividade destes gestores traduz-se fundamentalmente na execução de rotinas e procedimentos. São os supervisores, chefes de serviços, chefes de secção, etc [...].

2.1.3. Tarefas e aptidões necessárias de um gestor

“O Gestor representa a empresa em todas as suas relações com o exterior cabendo ao mesmo decidir, o estabelecimento das relações negociais com todas entidades que concorrem nos mercados em que a empresa esta presente” (Teixeira (2019: 15).

Segundo Teixeira (2019) “a actuação dos gestores avalia-se geralmente por padrões de eficiência e eficácia”.

“Um gestor pode ser relativamente eficaz sem atingir um grau elevado de eficiência, isto é, consegue atingir os objectivos em termos de produtos finais, mas, fá-lo sem a melhor utilização dos recursos disponíveis. Para ser eficiente e eficaz o gestor deve possuir e continuamente desenvolver várias aptidões essenciais”. (Teixeira: 2019).

Para Teixeira (2019) consideram-se fundamentais três tipos de aptidões necessárias a quem deseja enfrentar o desafio traduzido nessa aliciante actividade:

- (i) **Aptidão conceptual** é a capacidade de aprender ideias gerais e absolutas e aplica-las em situações concretas.
- (ii) **Aptidão técnica**, é a capacidade para usar conhecimentos, métodos ou técnicas específicas no seu trabalho concreto.
- (iii) **Aptidão em relações humanas**, é a capacidade de compreender, motivar e obter adesão de outras pessoas.

2.1.4. Gestão Financeira

Segundo Gitman (2004) citado por Queiroz et al (2011), “a gestão financeira é uma ferramenta utilizada para controlar da forma mais eficaz possível, no que diz respeito à concessão de credito para clientes, planeamento, análise de investimentos e de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e actividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando as melhores alternativas para a condução financeira da organização”.

Para Queiroz *et al* (2011):

Independente da forma jurídica da instituição de ensino, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, todas demandam um modelo de gestão financeira que auxilie na visualização das atividades, de modo que o resultado final seja positivo. O gestor financeiro deve ter em mente que o investimento realizado pelos proprietários, no caso de uma escola privada, ou pela sociedade, quando se trata de uma escola pública, deve produzir um retorno compatível com outras possibilidades de investimento e aplicações financeiras.

Numa revisão sistemática da literatura, Vicente *et al* (2023) sumarizaram as melhores práticas de gestão financeira em instituições de ensino. Foram 15 estudos revistos, no contexto de instituições públicas e algumas do ensino superior tendo identificado algumas práticas que podem beneficiar a gestão. Primeiro, a liderança deve ter a capacidade e conhecimentos para tomada de decisão a bem da gestão dos recursos. Os processos de aquisições devem obedecer a priorização das necessidades na distribuição de recursos.

Uma avaliação e revisão regular das operações financeiras examinando as contas, fluxos de caixa, e riscos, poderá ajudar a identificar prontamente potenciais riscos e fraquezas e implementar medidas de mitigação. Por último, a colaboração e o envolvimento de todas as partes envolvidas na gestão financeira (gestores, contabilistas, etc.) pode garantir que a distribuição de fundos de acordo com os objetivos e estratégias da instituição.

2.1.5. Gestão Financeira Escolar

Segundo Souza (2023) gestão financeira escolar compreende toda a forma de administrar uma escola no seu todo no que se refere a maneira de integrar os professores, os alunos e a comunidade educativa aplicando estratégias garantindo desse modo melhorias significativas ao ensino promovendo recursos financeiros e materiais.

Para Souza (2023) para que a gestão financeira escolar funcione de maneira harmónica e produtiva necessário que se sigam os seguintes pilares:

- a) **Gestão pedagógica**, onde é feita a organização, o planeamento e a execução dos projectos pedagógicos. Neste pilar é abrangido tudo o que tem a ver com a gerência de recursos humanos, melhorias das metodologias de ensino, capacitação dos professores, avaliação das metas de ensino e por fim o desempenho dos alunos.
- b) **Gestão administrativa**, engloba toda a gestão dos recursos de ordem material e financeira da escola. Este sector é o responsável pela planificação do uso dos recursos da instituição garantindo deste modo ferramentas e materiais necessários para a escola.
- c) **Gestão financeira**, neste pilar é feita a gerência dos gastos e distribuição de orçamento da escola. Neste sector cabe a responsabilidade de alocar recursos disponíveis para cada necessidade garantindo que o financiamento está sempre saudável.
- d) **Gestão de recursos humanos**, neste pilar a responsabilidade fica em encorajar e motivar os trabalhadores da escola investindo em ferramentas que facilitem o trabalho e garantir a capacitação contínua e um bom ambiente de trabalho para os trabalhadores.
- e) **Gestão de comunicação**, garante a boa comunicação entre as pessoas na escola. Este pilar é também responsável pela gestão de marketing da escola e comunicação com as famílias.
- f) **Gestão de tempo**, responsável por garantir o cumprimento de prazos e tarefas de cada um dos sectores da escola.
- g) **Gestão da tecnologia educacional**, responsável por inserir recursos que facilitam e qualificam os processos escolares.

Para Costa (2023) a gestão financeira escolar deve obedecer os seguintes princípios:

- a) Ética;
- b) Planeamento;

- c) Cumprimento daquilo que foi planeado;
- d) Cumprimento da lei;
- e) Prudência;
- f) Aprendizado com base na experiência;
- g) Transparência;
- h) Assessoria Técnica competente;
- i) Eficiência e eficácia.

Para Endo e Matuda (2024:16) um planejamento de gestão financeira escolar garante a sobrevivência das escolas e o profissional da gestão tem um papel fundamental nessa etapa, seja em escolas públicas planejando o uso de recursos repassados pelas redes de ensino ou em escolas particulares/privadas estimando o recebimento das mensalidades, prevendo casos de inadimplência e planejamento de utilização de recursos financeiros disponíveis.

2.2.Impostos - Definição

Segundo Montesquieu citado por Tavares (2003:34) “Imposto é uma porção que cada cidadão dá dos seus bens para ter uma segurança dos outros ou para poder gozá-los pacificamente”. M. Paul Leroy citado por Tavares (2003:35) acrescenta ainda que “o imposto representa a contribuição exigida a cada cidadão para fazer face as despesas públicas”.

Segundo Pereira (2011:13) “o imposto é uma prestação pecuniária, coativa, unilateral, a título definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado ou outros entes públicos com vista à realização de fins públicos”.

Na teoria de fiscalidade descrita por Tresch (2015), um imposto é estabelecido afim de promover os objetivos microeconómicos sociais de eficiência de alocação e equidade de distribuição. A eficiência de alocação dos impostos e a equidade na distribuição de

recursos tornam-se, portanto, princípios importantes a considerar ao se desenhar um imposto. A maioria dos impostos irão gerar distorções no mercado porque o fornecedor e o consumidor passam a ter preços diferentes de oferta e procura de bens e serviços. Exemplificando, os impostos as escolas pode gerar aumento do preço das propinas e mensalidades aos consumidores, impactando assim a alocação dos recursos dos consumidores. Este tipo de efeito na alocação de recursos é inevitável com a imposição de um imposto. Portanto, recomenda-se que os impostos sejam desenhados de forma a minimizar as distorções de alocação e alcançar a alocação mais eficiente. Por outro lado, impostos inevitavelmente reduzem o poder de compra do pagador do imposto, e pode usada pelo governo como meio de alcançar uma distribuição de recursos desejável para a sociedade (Tresch, 2015).

2.2.1. Características dos Impostos

Segundo Sousa (2013) “define-se imposto como uma prestação patrimonial, coativa, definitiva, unilateral, estabelecida pela lei, a favor de uma entidade incumbida da prossecução de uma função publica, para realização de fins públicos, se caracter de sanção”.

Segundo Sousa, o imposto quanto as suas características podem ser:

- (i) **Uma prestação patrimonial**, por corresponder a uma obrigação de natureza patrimonial no sentido de que a realização da respectiva prestação implica a transferência do património do sujeito passivo para o património do sujeito publico;
- (ii) **Prestação coactiva**, diz-se coativo o imposto quando se impõe ao sujeito passivo, independentemente da vontade deste e mesmo contra a sua vontade, ou seja, o imposto é uma prestação coativa, porque na sua génese não se encontra em acto de vontade;
- (iii) **Prestação definitiva**, diz-se prestação definitiva porque aquilo que é pago a título de imposto, não mais é restituído ao sujeito passivo, isto é, uma vez cobrado, corretamente, não há lugar a qualquer reembolso;

- (iv) **Prestação unilateral**, é uma prestação unilateral porque não dá lugar a nenhuma contraprestação individualizada, a nenhuma contrapartida, ou seja, a entidade que exige o imposto não fica obrigada a um dever de prestar específico, nem o facto de ter pago o imposto confere ao contribuinte o direito de exigir algo em troca daquilo que pagou;
- (v) **Prestação estabelecida por lei**, da o sentido de que o imposto foi criado por lei sendo a Lei que confere ao estado o poder de tributar;
- (vi) **A favor de uma entidade incumbida de uma função pública**, o imposto é estabelecido por lei a favor de entidades que exerçam funções ou tarefas públicas.

Enquanto que Pereira (2011) define o imposto como uma prestação pecuniária que significa que é uma prestação em dinheiro ou em equivalente de dinheiro que quer dizer que em termos financeiros , a transferência patrimonial operada pela via do imposto terá de traduzir-se sempre pecuniariamente enquanto Sousa (2013) diz que o imposto é uma prestação patrimonial que significa uma obrigação de natureza patrimonial que implica a transferência de património do sujeito passivo para o património do sujeito público.

Quanto ao imposto ser uma prestação coativa os dois autores partilham da mesma ideia que o imposto é obrigatório por lei e é exigida independentemente da vontade do contribuinte.

O imposto é também uma prestação unilateral na qual os dois autores partilham da ideia de que o imposto não corresponde a qualquer contraprestação por parte de entidade beneficiária, isto é, nenhuma das partes nem o beneficiário nem o contribuinte tem alguma obrigação de prestar serviço ao outro.

imposto é também uma prestação a título definitivo segundo os autores dando a entender que o imposto é uma prestação que não dá direito a qualquer restituição ou reembolso do valor cobrado.

O imposto é também uma prestação sem carácter de sanção, segundo Pereira, isso significa que o imposto não tem carácter sancionatório o que permite distinguir a respectiva prestação das sanções patrimoniais como o confisco e a multa.

O imposto é ainda uma prestação devida ao Estado ou outros entes públicos, isto significa segundo os autores que é devida as entidades que exercem funções ou tarefas públicas.

É também uma prestação com vista a realização de fins públicos segundo os autores o imposto tem a finalidade de arrecadar receitas para entes públicos delas beneficiárias para realização de tarefas que estão cometidas a estes.

2.2.2. Classificação dos impostos

Segundo Sousa (2013) os impostos classificam-se em gerais e especiais, de âmbito nacional e local, periódicos e de obrigação única, directos e indirectos como os seguintes:

a) Impostos Gerais e especiais

Impostos Gerais, são todos aqueles em que a previsão normativa abrange todas as situações do mesmo tipo, no contexto moçambicano, é o caso dos impostos sobre o rendimento o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) como um imposto geral sobre o consumo ou despesa. Impostos especiais, são aqueles que tem situações genéricas homogéneas, que incidem sobre bebidas alcoólicas e sobre o tabaco.

b) Impostos de âmbito nacional e local

São de âmbito nacional quando se aplicam em todo o território fiscal de um estado, como é o caso do IRPS e IRPC.

Impostos locais, quando se aplicam a algumas zonas delimitadas do território nacional.

c) **Impostos periódicos e Impostos de obrigação única**

São periódicos quando incidem sobre situações ou actividades estáveis que se prolongam indefinidamente no tempo, dando assim lugar à renovação das obrigações tributárias com o decurso de um determinado período, normalmente um ano.

São de obrigação única, quando são tributados actos ou factos isolados sem carácter de continuidade, resultantes do consumo ou compra de um bem, da importação de uma mercadoria ou da aceitação de uma doação ou de uma herança.

d) **Impostos directos e indirectos**

São directos todos impostos que o sujeito passivo da obrigação de imposto pode transferir o sacrifício do imposto para outrem que com ele se relacione no circuito económico. São indirectos os impostos em que tal transferência não é possível como é o caso do IVA.

Segundo Pereira (2011:23) “os impostos classificam-se em impostos directos e indirectos na qual temos no imposto directo o imposto sobre a despesa que é subdividida em impostos gerais sobre as transações e impostos especiais de consumo”.

Diz ainda Pereira (2011) que os impostos sobre despesa incidem sobre o rendimento consumido, sendo em princípio suportados pelo último adquirente dos bens ou consumidores.

Segundo Pereira (2011) o IVA classifica-se como um imposto especial de consumo que visa uma tributação geral do consumo onde a sua incidência é em várias fases do circuito produtivo onde a base de tributação é constituída pelo valor acrescentado em cada fase do circuito produtivo.

O IVA Segundo Pereira (2011) é calculado sob vários métodos dois quais o

- a) **Método directo**, em que o valor acrescentado é calculado directamente com base na contabilidade das empresas quer somando por diversas componentes do valor acrescentado como salários, rendas, juros e lucros. O método directo subdivide-se

em método directo aditivo que é onde deduz-se o valor das vendas de bens e serviços da empresa e o valor das compras de bens e serviços e o método directo subtractivo que é aplicado a taxa de imposto em ambos os casos o valor acrescentado determinado;

- b) **Método indirecto**, onde não há lugar para o cálculo do valor acrescentado, o imposto é determinado indirectamente. Este método também é subdividido em método indirecto aditivo que se aplica a taxa do imposto no total das vendas e serviços prestados e o método indirecto subtrativo ou do crédito de imposto onde subtrai-se o imposto pago nas compras de bens e serviços.

2.3.O Imposto sobre Valor Acrescentado em Moçambique

Segundo Palma (2015) Em Moçambique, o IVA foi adoptado exactamente pelos seus méritos próprios em 1999, tendo uma grande proximidade nas suas características fundamentais com o sistema comum do IVA da União Europeia (UE), mas com características peculiares que resultaram da sua natural adaptação à realidade nacional, nomeadamente, a existência de regimes especiais e específicos especialmente adaptados a pequenos contribuintes e um maior leque de situações de isenção abrangendo bens de consumo essenciais e bens destinados à agricultura e pescas, vantagens decorrentes da margem de manobra que o legislador possui e que já na UE não é possível.

Lei N.º 32/2007 de 31 de Dezembro aprovada em Moçambique entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008, que diz que estão sujeitas a imposto ao IVA as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas a título oneroso no território nacional, nos termos do artigo 6º por sujeitos passivos agindo nessa qualidade; as importações de bens.

Actualmente houve necessidade do alargamento do IVA em Moçambique abrangendo assim todas as Instituições de ensino privado em Moçambique. Contudo segundo a revista a carta esta medida, depreende-se, por exemplo, que as propinas escolares estão mais caras desde o primeiro dia de Janeiro de 2023. Quem pagava inicialmente uma propina de 15 mil Meticais por mês, passa actualmente a pagar mais 750 MT, que é o valor

do IVA, totalizando 15750 Meticais. A mesma lógica aplica-se nas facturas passadas pelas clínicas privadas.

2.4. Marco Teórico

2.4.1. Teorias de tributação

Teoria da Tributação Ótima: Passado, Presente e Futuro

Segundo Bôas (2015) teoria da tributação ótima traz a ideia de que seja uma ferramenta pela qual haja crescimento tributário em vários países.

Segundo Bôas (2015) é importante conhecer o passado, o presente e o futuro da teoria de tributação para que assim se ache a teoria ótima da tributação.

Segundo Bôas os tributos existem desde alguns séculos antes de Cristo e continuarão a exercer seu papel por um bom tempo, até que se encontre um modo melhor de financiar o Estado a não ser que o Estado deixe de existir para dar lugar a uma outra forma mais avançada de organização social.

Para Bôas (2015) Em países menos desenvolvidos, é muito comum uma visão da tributação que olha quase somente para as formas de limitar o poder de tributar, que considera a tributação odiosa e o Fisco um carrasco. Essa visão não é completamente errada, mas é incompleta, pouco complexa, e pode ser exagerada. Ainda que o poder estatal precise ser limitado, que a tributação invada a propriedade do cidadão e que o Fisco possa agir, sobretudo em países menos desenvolvidos, de forma arbitrária; a tributação continua sendo elemento essencial da manutenção do Estado e de realização dos seus fins sociais. Deste modo, é preciso se aprofundar ao máximo nas melhores formas de lidar com essa ferramenta socioeconômica fundamental para os seres humanos

Esta visão de tributação assemelha-se a de Moçambique que é um país menos desenvolvido pois em Moçambique o fisco tem sido um desafio pelas suas altas taxas e não

só por haver-se necessidade de taxar-se vários elementos como forma de financiar o Estado.

2.5. Aplicação do IVA como uma norma fiscal em Moçambique

Segundo Sampaio (2013:6) “o IVA surgiu pela primeira vez em França pela intervenção do então inspector de finanças Maurice Lauré e teve como objectivo de atenuar os preços dos bens”

Em Moçambique a Lei que regula o IVA foi aprovada pela primeira vez a 31 de Dezembro de 2007, a Lei n° 32/2007 que é aplicada a todos sujeitos passivos do IVA definidos no artigo 2° do CIVA.

Segundo Carlos (2020:23) uma das vantagens da aplicação das normas nas entidades publicas é que elas visam satisfazer as necessidades colectivas da comunidade a que respeitam.

O mesmo autor diz ainda que a finalidade dos impostos é a obtenção de meios destinados à satisfação das necessidades financeiras só estado e outras entidades públicas.

2.5.1. O Sistema de IVA em Moçambique

Segundo Palma (2012:42) o IVA em Moçambique é caracteriza-se, como sendo um imposto indireto, plurifásico, isto é, tem várias fases até chegar ao consumidor final e abrange a todo acto de consumo através do método subtrativo indireto, resultando estas características para além de ser um imposto indirecto este também é caracterizado como sendo um imposto neutro quer a nível interno quer a nível internacional, para além destas e caracterizado como um imposto com uma taxa única, dotado de maior simplicidade.

De acordo com Palma (2012:43) “o IVA moçambicano apresenta diversos regimes de exceção, concretizados numa série de benefícios fiscais que fazem com que o seu grau de generalidade seja afetado”. O IVA, quando operado com base no método subtrativo indireto nas suas diversas fases do processo produtivo, pode garantir a neutralidade do sobre as suas transações. Diz se existir neutralidade relativamente ao consumo, quando o imposto não influi nas escolhas dos diversos bens ou serviços por parte dos consumidores.

Segundo Palma (2012:43) contrariamente ao que se verifica nos impostos cumulativos o IVA não dependendo do número de fases no circuito económico a carga fiscal que incide sobre o bem é praticamente o mesmo. O IVA também tem a particularidade de ser um imposto que se ajusta a vários países com a adoção do princípio de tributação no país de destino, princípio adotado em sede de IVA para as transações internacionais. Nesse sentido é sempre possível em qualquer fase do circuito económico apurar com exatidão a componente fiscal do valor dos bens, mediante a aplicação da taxa ao valor do bem nessa fase.

Segundo Palma (2012) O IVA em possui similaridades com o IVA na União Europeia das quais:

- ✓ Sendo ele um imposto relativamente simples que incide sobre o consumo;
- ✓ Incide sobre bens e serviços;
- ✓ Incide em todas as fases do circuito económico;
- ✓ Limitação do universo de contribuintes do regime normal e criação de regimes especiais para pequenas e médias empresas;
- ✓ Economicamente neutro;
- ✓ De elevado rendimento;
- ✓ Administrativamente eficiente;
- ✓ Liquidação e cobrança (método do crédito de imposto);
- ✓ Imposto de taxa única e taxa zero para exportações;
- ✓ Adoção do método do reporte do imposto como regra geral;
- ✓ Tributação no destino para as operações internacionais;
- ✓ Existência de três níveis de enquadramento dos sujeitos passivos: regime geral, regimes de pequenos contribuintes e regimes específicos.

2.5.2. O IVA nas Instituições de Ensino Privado em Moçambique

As instituições de ensino privado em Moçambique funcionam com vários modelos de gestão das quais podemos encontrar a gestão financeira que é constituída pela parte contabilista da instituição onde tem-se um registo contabilístico daquilo que são os custos e as despesas da instituição assim como os seus investimentos futuros, esses registos são feitos por um profissional especializado na área podendo ou não ser trabalhador da instituição.

Segundo Varela (2006) citado por Pedro (2018:14), a gestão administrativa-financeira compreende as seguintes acções:

- ✓ **Gestão do orçamento** - aplicando racionalmente as verbas para a gestão dos espaços pedagógicos e para a manutenção e gestão administrativa;
- ✓ **Gestão racional de recursos humanos e materiais** - o que implica inventariar recursos humanos e materiais, inventariar as necessidades da escola, valorizar e potencializar os recursos humanos e materiais;
- ✓ **Angariação e gestão de recursos** - estabelecer protocolos/acordos/relações informais, promover e vender serviços próprios e angariar subsídios e receitas.

2.6. Marco Referencial

A literatura internacional apresenta alguns exemplos de estudos que lidam com o tema em investigação, segundo Nogueira *et al* (2019) conclui que os impostos influenciam, positivamente, a gestão das escolas privadas, incentivando a organização e a melhoria do controlo interno, e que os gestores têm certo domínio da legislação fiscal o que permite com que a nova norma fiscal não tenha implicações negativas na gestão da instituição e recomenda-se propostas tanto para as entidades empresariais quanto para a estrutura fiscal, visando auxiliar nos desafios nos desafios que surgem com a implementação da nova norma fiscal.

Segundo Palma (2015) em Moçambique este imposto tem tido sucesso devido fundamentalmente às suas características, em especial à generalidade e à neutralidade, obtidas através do chamado método das facturas, do crédito de imposto ou método substractivo indirecto, sendo uma norma fiscal que é constantemente paga, o IVA, é um imposto que menos se faz sentir devido a sua neutralidade contrariamente aos impostos directos, não sentimos o peso deste imposto.

Palma (2015) conclui que o IVA é facilmente adaptável a qualquer realidade nacional o que traduz numa simplificação considerável do imposto. O imposto consubstancia-se pelo facto de ser a principal receita fiscal do Estado. É certo que há aspectos que, ainda assim, se nos afiguram demasiado complexos face à realidade Moçambicana e que a experiência veio a demonstrar que implicam dificuldades práticas, pelo que o sistema carece de algumas revisões. Contudo há aspectos que poderiam ser melhorados do ponto de vista da técnica legislativa, como uma melhor articulação entre o Código do IVA e o Regulamento do CIVA, evitando repetições desnecessárias e reservando os aspectos essenciais para o Código.

2.6.1. Revisão da Literatura Empírica

Este ponto irá se debruçar acerca do trabalho feito pelo Nogueira *et al* (2019) cujo tema é A influência da nova Estrutura Fiscal de Impostos de Angola na Gestão das Escolas Privadas no Município de Lobito em Angola, o problema levantado no trabalho feito pelo Nogueira é de que forma os impostos influenciam nas decisões dos gestores de escolas privadas no município de Lobito em Angola.

Comparativamente com o que é abordado no tema em investigação o autor traz aqui a importância dos impostos para arrecadação de receitas ao estado e conseqüentemente um crescimento na economia de Angola, visto que segundo o autor Angola vem enfrentando uma crise económica desde 2015 da que o Estado viu como uma forma de impulsionar a economia implementado novas estruturas fiscais nas escolas privadas.

Segundo os resultados das investigações feitas pelo autor cujo o objectivo geral prendia-se em demonstrar de que forma os impostos influenciam as decisões dos gestores de escolas

privadas do município de Lobito. Neste contexto foram feitos estudos em 35 escolas privadas no município de Lobito em Angola os estudos foram feitos com base em inquéritos o objectivo do inquérito era de se obter informação acerca daquilo que os impostos influenciam na tomada de decisões dos gestores das escolas privadas e avaliar o domínio dos conhecimentos das políticas fiscais em vigor em Angola por parte dos gestores.

Após a análise dos resultados da pesquisa nas escolas privadas pôde-se constatar que a atividade de ensino privado é um negócio bem rentável mesmo em época de crise; pode-se também afirmar que os impostos influenciam, positivamente, na gestão das escolas, porquanto os gestores estão, cada vez mais, preocupados com a planificação tributária, considerando-a como condição essencial não unicamente para sua sobrevivência, mas para o sucesso em um mercado muito competitivo. Constatou-se ainda que hoje em dia, pelos níveis de qualificação que a gestão exige, há necessidade de o gestor dominar os conceitos básicos sobre contabilidade e fiscalidade, o contabilista tem de ter conhecimentos relativos à gestão empresarial e à fiscalidade, e o representante da Administração Fiscal deve ter conceitos básicos sobre gestão e contabilidade, para não incorrer em erros de interpretação.

Um outro estudo que tem a ver com os impostos é A tributação indirecta sobre o consumo em sede do IVA: Um estudo de modelos alternativos de taxas de impostos cujo o autor é Soares (2021) o problema levantado no estudo feito pelo autor versa na necessidade da realização de uma reforma fiscal urgente para se obter resposta a este problema tem-se o seguinte objectivo geral analisar modelos alternativos de taxa de IVA tendo por base os conceitos de eficiência, neutralidade e simplicidade, no pressuposto da necessidade de manutenção dos níveis de receita do modelo actual, com base neste objectivo o autor levantou a seguinte pergunta de partida: em que medida a adoção de um modelo de taxa única de IVA contribui para a simplicidade, neutralidade e para a eficiência na arrecadação de receita e, ao mesmo tempo para uma melhor distribuição do IVA por regiões?

Neste âmbito o autor conclui que o sistema de taxa única de IVA várias vantagens em relação ao actual sistema de taxas diferenciadas sendo que a taxa única de IVA

simplifica a relação fiscal entre o contribuinte e a administração fiscal; possibilita a eliminação do tratamento diferencial em sede de taxas de IVA entre os bens e serviços semelhantes; proporciona um aumento de receita de IVA; ajuda a limitar o número de pedidos de reembolso tanto para as empresas exportadoras assim como pelos sujeitos passivos que estejam em situação de crédito de imposto; com a introdução da taxa única de IVA rompe o *status quo* do actual sistema de taxas diferenciadas; diminuí a fraude e a evasão fiscal por parte dos contribuintes, e dentre outras vantagens.

Conclui ainda o autor respondendo à pergunta de partida que segundo os resultados obtidos no estudo empírico do trabalho o sistema de IVA proposto é o mais simples do que o actual de taxas diferenciadas. A simplicidade do sistema de IVA proposto deriva principalmente da fórmula do cálculo de imposto em que todas as operações económicas são tributadas uniformemente. A nível da neutralidade o sistema de IVA proposto é mais neutro do que o actual de taxas diferenciadas em todas unidades, quanto a eficiência o autor conclui que o sistema de taxa única de IVA é mais eficiente do que a actual de sistema de taxas diferenciadas na cobrança de receitas, a nível de distribuição do IVA por regiões os resultados sugerem que a distribuição de carga fiscal é mais homogénea pelas regiões do que os actuais critérios de arrecadação do imposto.

Segundo Vilela (2023) em sua análise no trabalho de bacharelato sob o tema Planeamento tributário: equiparação de clínicas médicas e hospitais a para redução de carga tributária cujo a principal questão de investigação é: Quais alternativas uma clínica médica tem actualmente no Brasil para realizar um planeamento tributário visando a redução da sua carga tributaria utilizando estratégias de elisão fiscal?

Segundo o autor, o trabalho visa explorar as razões pelas quais há distinções tributárias entre clínicas médicas e hospitais com objectivo de fornecer uma perspectiva fundamentada sobre uma potencial igualdade tributaria entre essas duas instituições para a redução da carga tributária.

Neste estudo o autor pretendia abranger a legislação fiscal analisando os seus funcionamentos em clínicas médicas e hospitais com a possibilidade de um planeamento

tributário e simulações com base em dados colectados com vista em empresas que optam pelo lucro presumido.

Como conclusão o autor considera que é importante não apenas considerar a realidade fiscal das clínicas como também a optimização por meio da equiparação aos hospitais buscando dessa forma uma análise mais criteriosa e abrangente do tema. Nesta comparação o autor conclui que há sim um impacto substancial nos tributos segundo os dados colhidos nos estudos de campo feito pelo autor. Os seus dados quantitativos mostram que havendo uma redução considerável na carga tributaria das clínicas medicas é possível otimizar seus recursos financeiros, e estes são canalizados a investimentos para melhorias internas como a tecnologia avançada, a modernização das infraestruturas e expansão dos serviços oferecidos pelas clínicas.

Neste âmbito podemos analisar segundo o trabalho de Vilela (2023), que um bom planeamento tributário tem implicações positivas para a melhoria dos serviços prestados nas clínicas, contribuindo dessa forma na expansão dos serviços oferecidos pelas mesmas.

Analisando estes três estudos empíricos comparando com que se pretende investigar neste trabalho podemos concluir que o tributo não tem apenas implicações negativas com relação a gestão financeiras das em presas e vantagens ao Estado em si, mas também contribui para o crescimento e desenvolvimentos das entidades nas quais estão sujeitas a esse titubo.

3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

3.1. Tipo de estudo e desenho de investigação

Sendo que um dos objectivos deste trabalho é a avaliação das implicações da na gestão das instituições de ensino privado com a introdução do IVA há necessidade de uso de dados para gerar evidências que sustentem as perguntas de partida em causa e se possam enquadrar face a literatura corrente.

O presente trabalho irá obedecer um estudo qualitativo, na qual será feita com base em inquéritos ou entrevistas a gestores da área em objecto de estudo.

3.1. População e amostra

Este estudo será feito com base no método qualitativo ou fenomenológico na qual irá explorar as implicações na gestão das instituições de ensino privado com a introdução do IVA e criar teorias que sustentem o objecto do tema em análise validando assim resultados que forem apurados durante a investigação.

Neste contexto serão feitos entrevistas e inquéritos a gestores e contabilistas de algumas instituições de ensino privado em Maputo e serão avaliadas as respostas com base nas entrevistas ou inquéritos dai se dará resultados do que foi colhido.

3.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Será feita uma análise descritiva dos dados usando pacotes estatísticos apropriados. Nesta análise tem-se como objetivos demonstrar as principais implicações que a instituição em estudo possa estar a enfrentar com a introdução do IVA e quais foram as suas técnicas para adaptar-se a mesma norma e outras técnicas utilizadas por gestores de outras instituições de ensino privado para adaptar-se a nova norma.

3.3. Procedimentos administrativos de selecção de amostra de dados

Os participantes das entrevistas serão seleccionados dentre os gestores e contabilistas de algumas instituições de ensino privado que serão contactadas atempadamente e que tenha aceite participar do estudo. Considera-se a possibilidade de colaborar com órgãos públicos ou agremiações do ministério da educação para o fornecimento de uma lista de instituição de ensino que trabalham na área de educação privada. Os respondentes da entrevista deveram ser indicados pela própria instituição de ensino que tiver aceite participar da entrevista ou inquérito desde que, estes satisfaçam os seguintes critérios:

- Ser funcionário da empresa ocupando uma das seguintes posições: gestor, contabilistas ou financeiros;
- Ser funcionário da instituição a pelo menos três anos

3.4. Considerações Éticas

Quanto as questões éticas, quando for feito o a entrevista em primeiro lugar será enviada uma carta formal a Nwananga Christian School a solicitar uma permissão para se fazer uma entrevista de estudo ao responsável da gestão financeira. Tendo sido aprovada a permissão de estudo será marcado o dia da entrevista com o consentimento do responsável da gestão financeira da instituição.

No acto da entrevista será antes feito um pedido de permissão para se usar um gravador de voz para que na medida em que forem feitas as questões e tendo as respostas ficar tudo gravado para melhor entendimento posteriormente.

Quanto aos questionários, serão entregues de forma aleatória a algumas instituições de ensino privado, pedindo permissão para responder ao inquérito e posteriormente fazer a recolha do mesmo sem sequer haver um diálogo físico no acto do preenchimento do questionário, assim os nomes das pessoas que irão responder ao questionário fazendo parte da gestão financeira da instituição não serão arrolados no decurso do trabalho.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Analisando a Legislação fiscal anteriormente, no que diz respeito a prestações de serviços cujo objecto é o ensino ou formação profissional por estabelecimentos privados, o IVA era isento. Essas instituições não necessitavam de pagar qualquer taxa. Mas com as alterações do CIVA, que é aplicado sobre prestações de serviços de ensino, formação profissional bem como as transmissões de bens e prestação de serviços conexas, efectuadas por estabelecimentos privados passou a ser imputado a taxa reduzida de 5 por cento.

Segundo Oliveira & Almeida (2014) a tributação nas empresas prestadoras de serviços de educação requer que para o sucesso da mesma, ou seja, para que haja redução nas taxas de tributação pagas pelas escolas é necessário que se faça um planeamento tributário o que permite decidir por que regime tributário a instituição optará e qual seria a mais vantajosa em termos de custos a pagar, para isso também importa que ao se fazer o planeamento tributário deve-se ter atenção a legislação a ser aplicada e suas restrições para melhor decidir sobre que regime de tributação poderá se aplicar.

Neste ponto irá se apresentar o que foi colhido no campo de estudo, segundo o tema de trabalho em investigação o estudo foi feito na Nwananga Christian School, que é uma instituição de ensino privado localizada na cidade de Maputo em Moçambique. Nesta instituição são leccionadas aulas desde o ensino pré-primário ao ensino secundário que é também chamado por eles *High School*.

O estudo de campo foi feito com base em entrevista a gestão da Nwananga Christian School na qual foi colhida informação que será aqui colocada como respostas aos objectivos do trabalho.

4.1. Pressupostos do IVA nas Instituições de Ensino Privado

Segundo o artigo 17º-A da Legislação Fiscal (2023) estão sujeitas a taxa reduzida de 5 por cento as transmissões de bens e prestações de serviços a seguir indicadas:

- a) As prestações de serviços médicos e sanitários e as operações com elas estreitamente conexas, efectuadas por estabelecimentos hospitalares privados, clínica, dispensários e similares;
- b) As prestações de serviços que tem por objecto o ensino, bem como as transmissões de bens e prestação de serviços conexas, quando sejam efectuadas por estabelecimentos privados integrados no Sistema Nacional de Ensino e reconhecidos pelo Ministério por estabelecimentos privados integrados no Sistema Nacional de Ensino e reconhecidos pelo Ministério que superintende a área de Educação;
- c) As prestações de serviços que têm por objecto a formação profissional, bem como as transmissões de bens e prestações conexas, como sejam o fornecimento de alojamento, alimentação material didáctico, efectuadas por entidades privadas;
- d) As prestações de serviços que consistem em lições ministradas a título pessoal sobre matérias do ensino escolar ou superior.

Neste contexto o trabalho enquadra-se na alínea b) em diante do mesmo artigo na qual fala sobre a introdução da taxa reduzida de 5 por cento escolas privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação em Moçambique.

Comparado com anterior, isto é, antes da introdução da taxa reduzida de IVA as instituições que tem por objecto os ensinamentos não tinham nenhuma taxa aplicada de IVA, assim, desde Janeiro de 2023 passaram a pagar uma taxa reduzida de 5 por cento que incide sobre as propinas escolares como uma medida do Programa de Aceleração Económica feita pelo Governo de Moçambique com intuito de haver mais arrecadação de receita pelo Estado Moçambique e aceleração no desenvolvimento económico do país.

Contudo, neste aplicando-se a taxa reduzida de IVA as escolas haveram implicações com esta medida, pois é algo novo para estas instituições pois antes não tinham nenhum dever a pagar ao Estado e isso implicaria que teriam que assumir mais um compromisso em termos de impostos a pagar ao Estado e a gestão financeira das escolas teria que ser mais organizada de modo que quando fosse ser deduzido o imposto não haja fuga ao fisco e que o compromisso com o Estado fosse diligentemente tratado a cada mês.

Implica também para quem está na posição de encarregado de educação pois as propinas escolares sofrem mais um acréscimo, antes pagavam 5.000,00MT de mensalidade hoje passariam a pagar este valor mais os 5 por cento de IVA, isto é, 5.250,00MT.

Estas implicações tanto para as escolas como também para os encarregados de educação complementam-se, pois, a escola é obrigada a acrescentar mais 5 por cento sobre as propinas e o encarregado de educação é obrigado a pagar a mensalidade mais caro com isto a tendência é que os encarregados de educação podem sentir-se sobrecarregados procurando outras instituições onde as propinas escolares sejam mais reduzidas a fim de se compensar o valor que foi acrescido do IVA e conseqüentemente as escolas perderiam um parte de estudantes fazendo assim com que hajam poucas vendas em termos de ensino.

Contudo, a parte positiva da introdução do IVA nas escolas ajudaria não só na arrecadação de mais receitas para o Estado e conseqüentemente uma aceleração económica no país, como também ajudaria a arrecadar fundos para escolas publicas onde há dificuldades em termos de infraestruturas e saneamento nas zonas mais recendidas.

Sendo as escolas privada alvos dessa medida onde a escola vive e sobrevive pelas próprias entradas de valor e o IVA é cobrado as escolas privadas, seria uma forma para que o valor que é canalizado para o IVA pelas escolas privadas pudessem contribuir para o melhoramento das escolas públicas, mas isso não tem acontecido, pois já está-se com o IVA a mais de um ano e não se vê nenhuma mudança nas escolas publicas mais carenciadas com a introdução desta norma, tem sido mais um imposto é mais uma taxa mas não se percebe onde esta taxa esta sendo usada, pra quê esta taxa esta sendo canalizada é um pagamento acrescido pesa sobre os encarregados de educação não beneficia em nada a escola, não havia nenhuma necessidade de se introduzir o IVA nas escolas privadas pois não há nada de positivo quanto a esse aspecto na nossa sociedade apos a introdução do IVA.

Não foi possível aceder a estatísticas de 2024 das escolas privadas a operarem em Moçambique para aferir quantos indivíduos e instituições seriam afectados pela nova legislação do IVA. No entanto uma matéria de 2018 pelo jornal Verdade (2018) pode dar-

nos uma estimativa conservadora. Pelo o que indica, seriam cerca de 477 escolas particulares com 243.097 alunos afectados.

4.2. Implicações na gestão financeira da Nwananga Christian School com a introdução do IVA

Segundo o estudo feito na Nwananga Christian School a gestão financeira com a introdução do IVA viu-se a necessidade de se usar um sistema de gestão chamado SIGEA que facilita no controle de entradas e saídas de valores das propinas que constitui o grosso da escola e uniformes, este sistema é usado para que indicar a entrada de cada valor, isto é, o dia, a semana o mês o ano, mas também é feito pelo registo daquilo que sai que são as despesas financeiras que tem a ver com as despesas relacionadas com a escola, despesas administrativas como pagamento de renda, refeição dos alunos, visitas de estudos, compra de toneres e material para a escola. Este sistema facilita no apuramento de todos os impostos pagos pela escola incluindo o IVA.

Antes a Nwananga usava outros tipos de sistema como PRIMAVERA para o registos de entradas e saídas de valores da escola, mas estes sistemas não eram tão eficazes pois não ajudavam na gestão financeira das propinas e mensalidades pois haviam alunos que sofriam descontos por se tratar de alunos em que são irmãos onde um paga o valor total e o segundo tem direito a descontos e não só, com o sistema SIGEA usado pela escola o sistema já desconta automaticamente e canaliza o valor que será deduzido para o IVA.

Quanto aquilo ao número de alunos, permaneceu o mesmo apesar do aumento de 5% nas propinas, não houve nenhuma implicação tanto para a escola assim como para os encarregados de educação, pois quando o governo anunciou a introdução do IVA nas escolas privadas, a Nwananga Christian School teve o cuidado de reunir os pais e encarregados de educação para fazer perceber a situação e que em termos de ensino nada mudaria, apenas passariam a pagar mais 5 por cento sobre as propinas valor esse que seria deduzido para o pagamento do IVA ao estado.

A reação dos encarregados sobre a introdução do IVA nas propinas e mensalidades, pode-se dizer que o IVA veio num momento inapropriado, pois acabava-se de sair da questão da COVID 19 que também trouxe bastante implicações na gestão da escola, pois as escola sofriam mais na medida em que se exigia a redução das propinas independentemente de quais fossem, razão pela qual que muitas creches fecharam porque muitos pais preferiram deixar as crianças de idade pré-escolar em casa embora havendo a questão das aulas *on line* em casa.

Então já se estava a sair de um desafio muito grande durante a COVID19, mas, logo que se saiu da COVID19, antes mesmo de se resolver este assunto todo relacionado com a COVID19, é apresentado a questão do IVA nas escolas privadas onde não se percebeu logo de parida que não era uma exigência de uma escola em particular era uma exigência a nível do estado. Dai que a Nwananga teve o cuidado de reunir pais e encarregados para poder explicar a situação, houve resistência quanto ao facto de se acrescer mais 5 por cento do IVA por parte dos pais, mas, não houve resistência quanto o assunto de pagamento.

Para além disso o IVA aparece depois da actividade lectiva iniciar, então o questionamento por parte dos encarregados foi, mas eu já paguei o mês de Fevereiro como é que eu vou agora ter que pagar o IVA dai que a escola garantiu aos encarregados que não se iria imputar um IVA de uma propina que já tinham sido paga, e a escola ficou sob a responsabilidade de defender aos encarregados ou defender a própria escola que não poderiam cobrar algo que já foi pago no passado, mas informou-se aos encarregados que dai em diante haver-se-ia de se introduzir a questão do IVA e assim foi sem nenhum sobre salto, todos percebem que é uma exigência geral e não é uma particularidade da escola.

4.3. Medidas de mitigação das implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado em Moçambique com a introdução e aplicação do IVA.

Uma das medidas propostas pela Nwananga Christian School para mitigação das implicações na gestão financeira com a introdução do IVA foi que para algumas despesas

que são feitas pela escola usarem as facturas para reduzir o valor pago pelo IVA, outra medida foi de organizar um sistema que facilite no apuramento do imposto de modo que não hajam falhas na dedução do IVA, informar aos pais e encarregados com antecedência sobre a introdução do IVA para que não haja resistência no acto do seu pagamento.

Como sugestão de proposta para minimizar as implicações da introdução do IVA nas instituições de ensino é organizar um sistema integrado na qual os valores propinas seja contabilizada de modo que o valor apurado para o IVA seja o correcto.

Outra proposta seria que nos próximos 5 anos a partir da data que foi introduzida o IVA não houvessem alterações nas propinas como por exemplo a subida das mensalidades, uniformes ou livros para garantir que os alunos permaneçam nas escolas e não sintam o tanto o impacto da subida dos 5 por cento das propinas.

4.4. Caso de estudo

Foram realizados estudos através da aplicação de uma entrevista a Nwananga Christian School e inquéritos a três instituições de ensino privado em Maputo que foram escolhidos de forma aleatória.

O quadro abaixo apresenta as quatro instituições de ensino que responderam ao inquérito e a entrevista:

Quadro 1: Inquérito e entrevista realizadas nas quatro instituições de ensino

Instituição	Cargo correspondente	Idade	Tempo de serviço na instituição
O Fraldário, Lda	Gestor e proprietário	Maior de 44 anos	Entre 11 a 15 anos
Nwananga Christian School	Gestor e proprietário	Maior de 40 anos	Entre 6 a 10 anos

Fonte: Autora 2024

4.4.1. Informações gerais sobre a gestão financeira

Foi elaborado um inquérito que identificou alguns aspectos que tem a ver com informação geral sobre a gestão financeira das instituições de ensino com os factores principais que são:

Se as instituições possuem um departamento específico de gestão financeira, se o gestor possui alguma especialização na área de fiscalidade, se as instituições usam algum software ou pacote de gestão financeira específico e se realizam controle de contas a receber/vendas (mensalidades, material escolar, uniformes, taxas de actividades extracurriculares, etc.)

Conforme o levantamento de dados colhidos nas duas escolas mostram que na Nwanaga Christian School existe sim um departamento específico de gestão financeira onde é organizado tudo o que tem a ver com a parte financeira da escola enquanto que no Fraldário, Lda., não existe um departamento específico de gestão financeira.

No que diz respeito ao gestor se possui algum tipo de especialização na área de fiscalidade a Nwanaga trabalha com uma empresa cujo o gestor é formado na área de contabilidade financeira e fiscalidade, não especificamente a gestão financeira em sim, mas trabalha com tudo que tem a ver com a área financeira relativamente ao Fraldário que o responsável da gestão financeira não possui nenhuma especialização na área fiscalidade.

Quanto a questão que diz respeito se as escolas possuem algum tipo de software ou pacote de gestão financeira e se realizam o controle de contas a receber/vendas, a Nwanaga possui um software chamado SIGEA onde é feito todo o controle de contas a receber que tem a ver com a escola, enquanto que no Fraldário não usam um software específico, mas usam mecanismos para o controle de contas a receber/vendas.

Foram igualmente colectados dados que tem a ver com informação sobre o impacto do IVA nas instituições com os principais factores:

Aspectos específicos que diferenciam a gestão financeira antes e depois da introdução do IVA, se houveram implicações na gestão financeira e o que os gestores acham da introdução do IVA nas instituições.

Segundo a Nwanaga e o Fraldário, as duas escolas alegaram não ter havido nenhuma implicação a nível da gestão financeira com a introdução do IVA, não houveram nenhuma perda significativa de alunos, não houve aumento de despesas fiscais pois o IVA recai sobre o consumidor final a escola apenas acrescentou os 5 por cento sobre o valor da mensalidade e esse valor é canalizado para o pagamento do IVA.

Quanto a opinião dos gestores das duas escolas sobre a introdução do IVA, os dois comungam da mesma ideia de que foi desnecessário a introdução dessa taxa, segundo a opinião do gestor do Fraldário, diz não fazer sentido uma vez que todos os artigos adquiridos pelos alunos ou pela escola já levam o IVA em si, enquanto que o gestor da Nwanaga diz que seria importante se o valor dos 5 por cento de IVA pago as finanças fosse canalizado para arrecadar recursos para escolas publicas com necessidades, mas desde que houve essa introdução não vê-se nenhuma mudança nessas escolas publicas então seria desnecessário a introdução do IVA.

Foram colectados de igual modo informações que tem a ver com os procedimentos após introdução do IVA, das quais as principais foram:

De que forma é feito o pagamento das mensalidades, como é feito o registo das mensalidades e o apuramento do IVA e se houve um aumento da propina para alem dos 5 por cento do IVA.

No que se refere a forma de pagamento das mensalidades a Nwanaga exige que se faça o pagamento total com exceção de alunos que antecipadamente informam sobre alguma dificuldade no pagamento da mesma na totalidade enquanto que no Fraldario tem a prerrogativa de se pagar em parcelas não havendo como pagar na totalidade.

Quanto ao registo das mensalidades e o apuramento do IVA a Nwanaga usa o mesmo pacote que é a SIGEA e é la onde se faz o apuramento do IVA que é pago ao

Estado, enquanto que no fraldário usam-se software de contabilidade para registo de mensalidades e planilha em excell para apuramento do IVA entregue ao Estado.

5. CONCLUSÃO

A introdução do IVA nas instituições de ensino privado veio como uma das medidas implementadas pelo Governo para aceleração económica em Moçambique visto que a economia Moçambicana tem estado enfraquecida nos últimos anos, viu -se a necessidade de implementar medidas que possam acelerar a economia do país e consequentemente haver um progresso da mesma.

O presente trabalho teve como problema de estudo implicações na gestão financeira das instituições de ensino privado com a introdução do IVA, sendo este o problema de investigação levantou-se a seguinte pergunta de partida: Que implicações a introdução da norma fiscal o IVA pode trazer na gestão financeira de uma instituição de ensino privado como é o caso da Nwanaga Christian School? Com base nesta questão de partida foram levantadas as seguintes hipóteses: hipótese (nula) que diz que a introdução da norma fiscal IVA não traz implicações na gestão financeira de uma instituição de ensino privado e a hipótese (alternativa) que diz que introdução da norma fiscal IVA traz implicações na gestão financeira de uma instituição de ensino privado.

Tendo feito o estudo de campo através de entrevista e inquérito a duas escolas em Maputo e com base nos dados apurados pelas mesmas escolas tendo discutido e apresentados os resultados da investigação podemos concluir que as introduções do IVA nessas instituições não tiveram implicações em sede da gestão financeira, mas sim teve mais impacto para os encarregados de educação que são obrigados a pagar o valor acrescentado do IVA sobre as mensalidades.

Conclui-se ainda que como medida a introdução dessa taxa reduzida de IVA não foi de um todo grande problema pois para além de ajudar na arrecadação de receitas para o Estado Moçambicano, também não tem causado grande impacto sobre as escolas privadas em si.

5.1. Sugestões do trabalho futuro

A implementação do IVA e seus impactos para os vários sectores da sociedade em Moçambique mantem-se um tema pouco explorado. Para futuros estudos, seria importante que se explore aprofundadamente, de forma quantitativa as colectas do IVA especialmente no caso das novas taxas quando essas são introduzidas. Este poderia ser um dos focos de futuros trabalhos nesta área.

De igual importância é perceber o impacto que a introdução do IVA tem tido aos consumidores de serviços de educação privada. Este não fora a intenção desse estudo, mas é obviamente tão importante quanto o impacto para as escolas.

Finalmente, sendo que se supõe que a introdução do IVA as escolas privadas contribuiriam para, de certa forma, financiar o sector de educação publica, sugere-se que dê atenção a este sector como potencial beneficiário da introdução do IVA.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, A. F., (2021) *Gestão Escolar e Instrumentos de Tecnologia de Gestão Educacional: Um Estudo De Caso Em Uma Escola Cidadã Integral No Município De Picuí-Pb*. Monografia de bacharelado (publicada), Univ. Federal da Paraíba.

A Verdade (2018) <https://verdade.co.mz/arbitrariedades-nas-escolas-privadas-em-mocambique-inquietam-ministra-da-educacao-e-exige-solucoes-imediatas/> Consultado em 13-07-2024

Costa, G. D. F. da, (2023) *Gestão Financeira Escolar*. [1ª edição] Indaial.

Diogo, G. S., (2022) *IVA nos Serviços Financeiros e de Seguros – Passado e Presente da Directiva IVA*. Dissertação de Mestrado (publicada), Instituto Politécnico de Lisboa.

Endo, W., & Matuda, F. G., (2024) *Gestão Financeira em contextos educacionais: como viabilizar sua escola em um mundo de transformação*. Editora Senac. São Paulo.

[Folha de Maputo - Notícias - Nacional - Parlamento aprova redução IVA](#) consultado em 24-03-24.

[Governo mantém alargamento da cobrança do IVA às escolas e clínicas privadas \(cartamz.com\)](#) consultado em 24-03-2024.

Gonçalves, B. I. G., (2020) *IVA nas Operações Financeiras – A Directiva IVA*. Dissertação de Mestrado (publicada), Univ. Católica Portuguesa.

Legislação Fiscal (2023) *Colecção legislação Moçambique*, Plural Editores, [3ª edição].

Nogueira, *et al.*, (2019) *Influência da Nova Estrutura Fiscal de Impostos de Angola na Gestão de Escolas Privadas do Município de Lobito*.

Oliveira, R. R. F. de, & Almeida, J. de P., (2014) *Planejamento Tributário de uma empresa prestadora de serviços na área de ensino*, [5ª edição].

Ministério da Economia e Finanças (2022). *Pacote de medidas de aceleração económica*. Maputo: MEF.

Palma, C. C., (2015) *Sistema de IVA em Moçambique: Adoção e Características Gerais*.

Pedro, F. J., (2018) *Autonomia Financeira na Gestão do Fundo de Apoio directo às Escolas em dezanove Escolas Primárias das províncias de Maputo Cidade, Gaza, Sofala, Tete, Nampula e Niassa*. Dissertação de Mestrado, Univ. Eduardo Mondlane.

Pereira, M. H. de F., (2011) *Fiscalidade*. Editora Almedina [4ª Edição].

Ruas, J., (2022) *Manual de Metodologias de Investigação: Como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e tese*. Escolar Editora [3ª edição].

Sousa, D. P., de (2013) *Direito Fiscal e Processo Tributário*. Coimbra: Editora;

Souza, S. V. M. de, (2023) *Gestão Escolar Concepções e Práticas*. Freitas Bastos Editora.

Tavares, A., (2003) *Curso de Fiscalidade da Empresa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. [2ª edição].

Tenório, F. G., (2009) *Gestão de ONGs Principais funções gerenciais*. [11ª edição] Brasil.

Teixeira, S., (2019) *Gestão das Organizações*. Escolar Editora [3ª edição].

Vilela, L. C. G., (2023) *Planejamento Tributário: Equiparação de clínicas médicas à hospitais para redução da carga tributária*. Trabalho de bacharelato (publicada). Univ. de Brasília.

Vicente, R. S., Flores, L. C., Almagro, R. Amora, M. R., Lopez, J. P., (2023) The Best Practices of Financial Management in Education: A Systematic Literature Review. IJRISS

Villas-Bôas, M. de A., (2015) Teoria de tributação óptima: passado, presente e futuro. [pag 275-372].

APÊNDICE A
UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
(ISAEN)
PROGRAMA DE MESTRADO EM CONTABILIDADE,
FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

ENTREVISTA DE ESTUDO DE CASO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Introdução

A presente entrevista foi elaborada por mim, Silvia Florda Efécio estudante do curso de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais e tem como objectivo analisar as implicações na gestão financeira da Nwananga Christian School com a Introdução do IVA. As perguntas são destinadas aos membros da Gestão Financeira a quem agradecemos, desde já, a sua colaboração.

Realçar que as informações que serão colhidas nesta entrevista, são de carácter meramente académico e por questões éticas, os nomes dos entrevistados não serão arrolados no trabalho.

I. Identificação

1. Seu nome, por favor: _____ (Facultativo)
2. Sua idade:
3. Sua nacionalidade:
4. O seu grau Académico:
5. Função:
6. Tempo de trabalho na instituição? 0 – 5 anos ____; 6 – 10 anos __; 11-15 anos__;
16-20 anos____; 21/+ anos____
7. Tempo de trabalho no sector financeiro da sua instituição? 0 – 5 anos ____; 6 – 10
anos __; 11-15 anos__; 16-20 anos____; 21/+ anos____

II. Verificação do Gestão Financeira da Nwananga Christian School

1. Pode nos dizer como é que esta organizada a gestão da escola, (estrutura funcional ou do organograma)?
2. Como são feitos dos vossos procedimentos financeiros?
3. Vocês usam algum modelo de gestão financeira específico? Se sim, qual?
4. Como é feita a gestão financeira da escola? (Aqui se puder ter copias de relatórios financeiros da empresa, para depois colocar no anexo)
5. Poderia descrever como era feita a gestão financeira antes da introdução do IVA?
6. Como tem sido feita depois da introdução do IVA?
7. Que aspectos específicos diferenciam a gestão financeira sem o IVA e com o IVA na Nwanaga Christian School?
8. Com a introdução do IVA, trouxe alguma/s implicações? Se não, não faça a questão a seguir 9 e 10.
9. Quais são implicações que a Introdução do IVA trouxe para a gestão financeira da escola?
10. Quais as estratégias usadas face a essas implicações na gestão financeira com a introdução do IVA?
11. Qual a sua reflexão sobre a introdução do IVA nas Instituições de ensino?
12. Acho que este deve manter? Subir a taxa ou baixar?

III. Descrição de procedimentos

1. Como é feito o pagamento de mensalidades? (em parcelas, total)
2. Caso haja um atraso no pagamento que procedimentos a instituição toma?
3. Como é feito o registo das mensalidades e o apuramento do IVA das mesmas?
4. Quais os procedimentos contabilísticos usados para o apuramento e pagamento do IVA da instituição.
5. O valor do IVA, recai na propina dos alunos?
6. Houve um aumento da propina depois da introdução do IVA?
7. Qual era o valor da propina antes e qual o valor actual?
8. A instituição usa um software de gestão financeira? Se sim, qual?
9. Esses movimentos são registados? Onde?

V. Aspectos relevantes, mas não mencionados

1. Gostaria de referir a outros aspectos que não foram aqui mencionados?

Reiteramos os nossos agradecimentos pelo tempo dispensado para esta entrevista.

Maputo, 09 de Maio de 2024

APENDICE B

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
(ISAEN)

PROGRAMA DE MESTRADO EM CONTABILIDADE,
FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

INQUÉRITO PARA RECOLHA DE DADOS PARA TRABALHO DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Introdução

O presente inquérito foi elaborado por mim, Silvia Florda Efécio, estudante do curso de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais e tem como objectivo analisar as implicações na gestão financeira das Escolas Privadas em Maputo com a introdução do IVA. As perguntas são destinadas aos membros da Gestão Financeira a quem agradecemos, desde já, a sua colaboração.

Ao responder, assinale com x nas opções de resposta aplicável.

Realçar que as informações que serão colhidas neste inquérito, são de carácter meramente académico e por questões éticas, o nome dos inqueridos não serão arrolados no trabalho.

IV. Identificação do Respondente

8. Sexo: Masculino Feminino
9. Idade :18-24 25-30 31-44 >44
10. Nacionalidade: Moçambicana Estrangeira
11. Grau Académico: Nível básico Nível médio Frequentando o Nível superior
Licenciatura Mestrado Doutoramento
12. Tempo de serviço na instituição: <1 ano ; 1-5 anos ; 6-10 anos ;
11-15 anos ; >15 anos

V. Informações Gerais sobre Gestão Financeira na Escola

13. A instituição tem um departamento específico de gestão financeira?

Sim Não Não sei

14. Se não tem um sector financeiro, qual é o cargo faz a gestão financeira da instituição?

Director Gestor Contabilista

Proprietário Outro (especifique): _____

15. O gestor financeiro da escola possui alguma especialização na área de fiscalidade?

Sim Não Não sei

16. A escola usa algum software/pacote de gestão financeira específico?

Sim Não Não sei

17. Se sim, qual pacote de gestão financeira a escola usa?

Primavera SAP Outro (especifique): _____

18. A escola realiza o controle de contas a receber/vendas (mensalidade, material, uniformes, taxas de actividades extracurriculares, etc.)?

Sim Não Não sei

VI. Informações Sobre Impacto do IVA

19. Como tem sido feita a gestão financeira depois da introdução do IVA?

Mecanismos adaptados ao IVA Sem mecanismos adaptados ao IVA Continua a mesmo

20. Que aspectos específicos diferenciam a gestão financeira antes da introdução do IVA e depois da introdução do IVA?

Aumento de número de alunos Mesmo número de alunos Baixo número de alunos

21. Assinale todas as implicações que houveram na gestão financeira da escola com a introdução do IVA.

Perda significativa de alunos Aumento de despesas fiscais Desequilíbrio financeiro

Outro (especifique): _____

22. Que estratégias a escola usa face a essas implicações na gestão financeira com a introdução do IVA?

Planeamento financeiro Uso de software de gestão financeira Pagamento de impostos nos prazos certos

23. Qual a sua reflexão sobre a introdução do IVA nas escolas privadas?

Positiva Negativa Nenhuma

24. O que acha da introdução deste imposto nas escolas privadas?

Deve manter Baixar a taxa Subir a taxa

VII. Descrição de Procedimentos Pós Introdução do IVA

10. Como é feito o pagamento de mensalidades?

Em parcelas Total Conforme procedimentos da escola

11. Caso haja um atraso no pagamento que procedimentos a instituição toma?

Multa Mantem o valor Inibição de aulas

12. Como é feito o registo das mensalidades e o apuramento do IVA das mesmas?

Sistema de gestão Software de Contabilidade Planilha em Excel

13. O valor do IVA, recai na propina dos alunos?

Sim Não Não sei

14. Para além da taxa de 5% de IVA, houve um aumento da propina depois da introdução do IVA?

Sim Não Não sei

IV. Aspectos relevantes, mas não mencionados

1. Gostaria de referir a outros aspectos que não foram aqui mencionados?

Reiteramos os nossos agradecimentos pelo tempo dispensado para responder a este inquérito.